

## **Algumas observações sobre o patrimonialismo no Brasil**

Homero de Oliveira Costa

Portal Vermelho 17.11.2010

Na campanha eleitoral de 2010, o candidato do PSDB à presidência da República, José Serra, fez uma dura crítica ao que chamou de “patrimonialismo selvagem” que existe no Brasil. Para ele, naquele momento, o país estava no momento mais patrimonialista da nossa história “nem a República Velha, que era um regime oligárquico, tinha um patrimonialismo selvagem como o de hoje”. Segundo o candidato “as práticas patrimonialistas voltaram ao Brasil em sua plenitude, em tudo que tinha de pior”.

Para José Serra, quando o PSDB esteve no poder (1994-2002) houve uma “diminuição do patrimonialismo”. Será?

Fernando Henrique Cardoso no livro “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional” analisa a formação social brasileira e fazendo uma crítica à herança do sistema colonial português, argumenta que as desigualdades sociais no Brasil transcendeu à gestão privada do Estado. É verdade, como é também o fato de que seu governo (1994-2002) não houve uma diminuição do patrimonialismo nos termos analisados por Raymundo Faoro no seu clássico “Os donos do poder” (1959), ao contrário, foram os setores privados quem mais lucrou, por exemplo, nos processos (no mínimo discutíveis) de privatização em seu governo.

O sentido da crítica de José Serra em seu discurso foi claro: trata-se do Estado, que é “demonizado” e, claro, o mercado aparecendo como “reino da virtude”.

Mas, afinal, o que é mesmo patrimonialismo? Num dos mais completos dicionários da língua portuguesa, o Dicionário Houaiss, é definido como “Forma de organização social que se sustenta no patrimônio considerado como conjunto de bens, materiais e não materiais, mas com valor de uso e de troca, e que podem pertencer a um indivíduo ou a uma empresa, pública ou privada”.

Nas ciências sociais, o conceito tem sua origem em Max Weber (1864-1920) que, essencialmente trata da privatização do público, ou seja, a indistinção das esferas públicas e privadas e o uso privado da chamada “coisa pública”.

No Brasil, o uso original do conceito, utilizado para compreender e analisar a política brasileira, foi feito por Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982) no seu livro clássico “Raízes do Brasil” (1936), desenvolvido depois em outro livro também clássico: “Os donos do poder” de Raymundo Faoro (1959). Em ambos, há uma análise da formação do Brasil, desde o início da colonização. E o sentido é o entendimento de que as instituições políticas tem no patrimonialismo uma das características mais marcantes do desenvolvimento do Estado brasileiro, no qual a dicotomia de público e privado não apresenta uma separação muito distinta.

Na análise pioneira de Sérgio Buarque, utiliza-se do conceito para caracterizar um dos aspectos mais importantes herdados do processo da colonização portuguesa, que moldaram a país, com modelos institucionais patriarcais, com uma prática do uso privado do Estado.

O patrimonialismo é para ele o desdobramento do que chama de “personalismo” - compreendido como forma de viver em sociedade que enfatiza os vínculos pessoais, em detrimento de inclinações impessoais. É o primado das emoções e sentimentos e não do uso da razão, que é uma das características da modernidade. Nesse sentido, não há uma separação nítida entre o público e o privado e o Estado (e o que chama de “estamento burocrático” - que é a camada ou fração de classe organizada politicamente no Estado) é usado como instrumento de poder, ou seja, o instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado.

Um das críticas mais pertinentes e contundentes desse conceito é de um dos mais importantes sociólogos brasileiros: Jessé Souza. No livro “A ralé brasileira: quem é o como vive” (especialmente na 1ª. Parte) (Editora UFMG, 2009) analisa os conceitos de patrimonialismo e do personalismo como “marcas fundamentais da cultura brasileira” e que se constitui para ele na

interpretação que irá dominar tanto a academia quanto o senso comum brasileiro (aí incluído a imprensa) até nossos dias (p.55).

Esses conceitos derivam de outro conceito fundamental: o de homem cordial “ ainda hoje extremamente influente” com uma das categorias centrais das ciências sociais brasileira. Para ele se Gilberto Freyre pode ser considerado como o pai-fundador da concepção dominante de como o brasileiro se percebe no senso comum quanto na dimensão científica, Sérgio Buarque de Hollanda foi o grande “sistematizador” das ciências sociais brasileiras do século XX.

Para o autor, Sérgio Buarque apenas transforma em “negativo” o que antes era “positivo” em Gilberto Freyre, ou seja, a glorificação do que ele chama de “herança pré-moderna: “esse é o mote que confere o “charminho” crítico às leituras de Buarque e, por extensão, a todas as leituras liberais pseudocríticas da realidade brasileira que se seguem a ele”. No fundo, está subjacente uma idéia de “atraso”, de um Estado patrimonialista que entrava o desenvolvimento econômico, como se o progresso econômico por si mesmo fosse panacéia para resolver todos os problemas da desigualdade, marginalização e subcidadania; como se a expansão do mercado (espaço da “virtude” por excelência) fosse à resolução de todos os problemas sociais.

A tese do patrimonialismo é para ele a nossa “ideologia política” conservadora por excelência, na medida em que “ela nos explica o mundo de modo fácil e coerente, sendo ao mesmo tempo, a melhor maneira de manter privilégios arraigados entre nós”.

Creio a crítica ao conceito de patrimonialismo colocado nestes termos é pertinente, da mesma forma que serve também para uma crítica ao discurso pretensamente crítico em relação ao Estado. Porque a crítica não é ao Estado Capitalista e sua necessária superação, mas a atribuição de todos os males ao “Estado” , atribuindo ao Mercado todas as virtudes, ou seja, como se o mercado fosse apenas virtude.

O objetivo dos críticos não é certamente acabar com os privilégios, mas manter o Estado a serviço dos interesses privados. Como afirma Jessé Souza todos

falam em “cortar gastos do Estado” como um bem em si, para além de qualquer justificação, porque o “Estado, de todo modo, apenas gere mal, por definição todos os recursos. Melhor seria deixar o dinheiro com o Mercado, que gera recursos, por definição, com eficiência” e conclui “o caro leitor consegue imaginar uma melhor ideologia para a manutenção de privilégios dos que lucram com nossa desigualdade?”

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)